

Ata N.º	02/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ATA N.º 02/2018 DE 19 DE JANEIRO**

Aos **dezanove** dias do mês de **janeiro** do ano de **dois mil e dezoito**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, o Sr. José Augusto Calçada Ferreira, Vereador a Tempo Inteiro, e o Sr. Manuel Marques Custódio, Vereador em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Dr. Hugo Filipe Afonso Trindade, Vereador em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Sr.<sup>a</sup> Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

**----- Período “Antes da Ordem do Dia” -----**

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

**----- a) Centro 2020. -----**

----- O Sr. Presidente fez referência aos projetos de investimento no âmbito do programa operacional Centro 2020. -----

**----- b) Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível. -----**

----- O Sr. Presidente, suscitado pelo Sr. Vereador Manuel Custódio que referiu ter ouvido na rádio que os municípios incorreriam em coimas caso incumprissem legislação recente sobre a questão da limpeza da floresta, esclareceu que, a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2018, aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de zembro, estabeleceu no seu art.º 153.º um regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível, estabelecendo que, independentemente da existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), durante o ano de 2018, até 15 de março, deveria ser cumpridas as disposições do n.º 2 do art.º 15.º do

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, ou seja, os proprietários, arrendatários ou quem detenha terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível, de acordo com as normas em vigor, numa faixa com uma largura não inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, e com o mínimo de 10 metros e o máximo de 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações. -----

----- Mais veio dispor aquele art.º 153.º que, até 31 de maio de 2018, as câmaras municipais deverão garantir a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, inclusive substituindo-se aos proprietários ou produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível nos termos da lei, devendo para o efeito aqueles permitirem o acesso aos seus terrenos e a ressarcir a câmara municipal das despesas efetuadas com a gestão do combustível, contando esta com a colaboração das forças de segurança para, sendo o caso, proceder à execução coerciva dos trabalhos. -----

----- Informou ainda o Sr. Presidente que aquela norma prevê, em caso de incumprimento da câmara municipal, a retenção ao município, no mês seguinte, de 20% do duodécimo das transferências correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). -----

----- O Sr. Presidente exibiu *flyers*, entregando exemplares aos membros do Executivo, e cartazes que mandou executar, que vão ser distribuídos pelas freguesias, esclarecendo sobre os quesitos legais que é necessário os proprietários e produtores florestais cumprirem, alertando também que, no caso de incumprimento, estes sujeitam-se às coimas previstas no art.º 38.º da Lei n.º 124/2006, que para o efeito são aumentadas para o dobro, sendo a infração punível com coima, de € 280,00 a € 10.000,00, no caso de pessoas singulares, e de € 3.000,00 a € 120.000,00, tratando-se de pessoas coletivas. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária do dia cinco de janeiro de 2018**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a ata da reunião ordinária do dia cinco de janeiro de 2018. -----

Ata N.º	02/2018
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- a) **Conhecimento da 20.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 20.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 27 de dezembro de 2017, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- b) **Conhecimento da 21.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 21.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2017**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 28 de dezembro de 2017, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- c) **Conhecimento da 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 1.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2018**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 02 de janeiro de 2018, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- d) **1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e 1.ª Revisão do Orçamento do Exercício de 2018** – Apreciação e votação em proposta para submissão à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e 1.ª Revisão do Orçamento do Exercício de 2018, devendo ser submetida a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- e) **Fábrica da Igreja Paroquial de Touro** (NIPC 501 326 197) – Por ofício datado de 11 de janeiro de 2018, registado em 15 de janeiro, solicitam apoio financeiro municipal para a reparação da Capela de N.ª Sr.ª do Desterro, na Cerdeira. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, conceder um apoio municipal, na forma de subsídio, no montante de cinco mil euros, dada a necessidade de recuperação da referida capela, a processar até ao final do corrente mês. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

[illegible]